



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)

VILA NOVA DE POIARES - 2021

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Nova de Poiares foi aprovada em Assembleia Municipal de 29/06/2016 e publicada através do Aviso nº 3680/2016 da 2ª série do Diário da República, nº 54, de 17/03.

Por sua vez a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vila Nova de Poiares, que estrutura a atuação na ARU, através de Instrumento Próprio, nos termos da al. h) do art.º 2º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, com as versões dadas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto e Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31/12, na sua versão atualizada), como um *“conjunto articulado de intervenções, visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área”*, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Poiares, na sua sessão ordinária de 12 de março de 2019 e publicada na 2ª Série do Diário da República, nº 53, de 15 de março de 2019, através do Aviso nº 4442-A/2019.

Trata-se de uma ORU do tipo Sistemático (art.º 8º do RJRU), por se ter considerado a resposta mais adequada às necessidades de atuação territorial daquele local, uma vez que prevê uma intervenção mais integrada e transversal de reabilitação urbana da ARU, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação de equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associado a um programa de investimento público.

A ORU vigorará pelo período previsto de 10 anos, nos termos do disposto no art.º 20º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e que será executada sob coordenação da Entidade Gestora prevista no art.º 10º, nº 1 do RJRU, papel assumido pela Câmara Municipal, dirigindo-se à reabilitação do edificado público, por iniciativa do Município, e privado, por iniciativa dos particulares.

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 20º-A da Lei nº 32/2012 de 14 de agosto, na sua atual redação, apresenta-se o relatório de monitorização da ORU sistemática de Vila Nova de Poiares, referente ao ano de 2021 (de janeiro a dezembro de 2021).

I – Obras Particulares

Sem processos.

II - Edificações em estado de ruínas

Consideradas 3 edificações.



III - Edificações em estado de devolutas

Consideradas 70 edificações.

IV - Número de certidões de localização em ARU emitidas

Sem emissão de qualquer certidão.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS PREVISTOS NO PERU

2021	Edifícios	Investimento inicial previsto em PERU/PARU	Valor candidatado	Valor da intervenção sem candidatura	Valor do Investimento previsto ao ano de 2021
X	Reabilitação da Adega da Quinta do Torrel para instalação de polo de indústrias criativas	432 700,00 €			956 274,31 €
2021	Infraestruturas	Investimento inicial previsto em PERU/PARU	Valor candidatado	Valor da intervenção sem candidatura	Valor do Investimento previsto atualmente
Estudo Prévio	Reabilitação do espaço público do centro histórico	1 796 250,00 €			3 000 000,00 €
Procedimento contratação	Rede de ciclovias urbanas e percursos pedonais	470 000,00 €	1 532 957,73 €		
Executada	Requalificação de rotunda e implementação de um monumento ao Bombeiro	50 000,00 €		15 609,43 €	
Executada	Requalificação da rua General Humberto Delgado	300 000,00 €		100 256,16 €	
Em curso	Requalificação dos arruamentos no Soito	200 000,00 €		325 617,95 €	
X	Arranjo urbanístico da Vila	360 000,00 €			



2021	Equipamentos	Investimento inicial previsto em PERU/PARU	Valor candidatado	Valor da intervenção sem candidatura	Valor do Investimento previsto atualmente
X	Reabilitação da Piscina Municipal	700 000,00 €	708 512,00 €		1 500 000,00 €
X	Reabilitação do Centro Cultural de Poiares	250 000,00 €			700 000,00 €
2021	Espaços urbanos e verdes de utilização coletiva	Investimento inicial previsto em PERU/PARU	Valor candidatado	Valor da intervenção sem candidatura	Valor do Investimento previsto atualmente
Executada	Intervenção na frente ribeirinha para instalação do espaço de apoio ao visitante	202 556,39 €	202 556,39 €		
X	Intervenção na frente ribeirinha para instalação de parque verde urbano	1 559 000,00 €	75 177,00 €		4 000 000,00 €
Executada	Reabilitação da Alameda de Santo André	22 140,00 €		9 931,55 €	
2021	Atividades económicas	Investimento inicial previsto em PERU/PARU	Valor candidatado	Valor da intervenção sem candidatura	Valor do Investimento previsto atualmente
Executada	Reabilitação do Mercado Municipal	1 028 550,31 €	1 044 503,74 €		

Desvios de Execução

No ano de 2021, terceiro da implementação do PERU (ORU) observa-se um total de 5 intervenções/investimentos completamente concluídas, bem ainda o início de procedimentos relativamente a outras 2. Mantendo-se as intenções de investimentos nos projetos identificados, não se almejavam candidaturas que possibilitassem a submissão de todos, não sendo também possível a realização dos mesmos através do orçamento municipal.

Ainda assim, o Município continuou a investir na conclusão das obras em curso, bem como na contratação de estudos prévios/projetos de modo a poder ainda realizar as obras previstas, verificando-se a realização de mais de 1/3 das intervenções globais.

Quanto ao investimento privado, mantém-se a tendência de retração, marcadamente pelo diminuto e pouco atrativo incentivo nacional à reabilitação deste edificado.

A instalação da situação de pandemia COVID-19, inviabilizou a realização sistemática de sessões públicas de sensibilização e mobilização de proprietários e outros atores relevantes para investimentos no setor privado, tendo ainda contribuído para o desinvestimento.

Por forma a potenciar o investimento no edificado privado, seja pelos seus proprietários, através da venda, arrendamento ou outra figura legalmente prevista, bem como melhorar genericamente condições de segurança e habitabilidade, colmatar carências habitacionais



verificadas no território, e promover maior harmonia e arranjo estético no centro urbano, o Município iniciou o procedimento de identificação de edificações devolutas, majorando, em consequência, o IMI. Neste ano e em resultado, das 108 inicialmente identificadas, apenas resultaram, após audiência de interessados, na comunicação Autoridade Tributária de 70 edificações em estado de devolutas. Almeja-se, no entanto, que tais edificações possam ser, entretanto, intervencionadas e postas em utilização.